



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Edital 026/2018

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova, que contém, em suas páginas, 60 (sessenta) questões objetivas da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa. Confira o caderno, e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 60 (sessenta) questões da Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa, que **NÃO PODEM SER SUBSTITUÍDOS**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é correta.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de desclassificação das respostas rasuradas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o gabarito preenchido e devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos. A saída do candidato só será permitida após transcorrida 1 (uma) hora do início. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 12h do dia 20 de outubro de 2018.
10. O período para a interposição de recursos à Prova Seletiva Objetiva - 1º Etapa inicia em 23 de outubro e termina no dia 25 de outubro 2018, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
11. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 29 de outubro de 2018.
12. O período para a interposição de recursos a Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa, será de 06 de novembro até 08 de novembro de 2018, às 15h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
13. Todos os recursos deverão ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

BOA PROVA!

Florianópolis, 20 de outubro de 2018



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Editais 026/2018
Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale a alternativa em que o uso da crase está CORRETO:

- a) Não sei se ela chegou à falar sobre esse assunto.
- b) Chegaremos a Brasília às 15 horas.
- c) Preciso conversar com você face à face.
- d) A escola fica à dois quilômetros daqui.

2. Quanto ao uso dos porquês, assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas:

- I. Não foi ao treino _____ não se sentia bem.
 - II. _____ foram a juízo?
 - III. Não entendo o _____ da intriga.
- a) porquê – Por quê – porque
 - b) porque – Por que – porque
 - c) porque – Por quê – por que
 - d) porque – Por que – porquê

3. Sobre colocação pronominal, assinale a única assertiva CORRETA:

- a) Nunca visitei-te.
- b) Isso choca-me.
- c) Como te amo!
- d) Tudo irrita-o.

4. Sobre o uso dos porquês, está CORRETA a frase:

- a) Vocês entenderam agora porquê é importante ler bons textos?
- b) Por quê devo navegar na internet?
- c) Se pago, quero saber por que pago.
- d) Ninguém explica porquê os preços não caem.

5. Quanto ao uso da colocação pronominal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quando chegar, nos avise.
- b) Aqui, se trabalha bastante.
- c) Não disse-lhe tudo.
- d) Verifica-se, no primeiro parágrafo, a preocupação com a função social da propriedade.

6. Em relação ao uso da crase, assinale a alternativa em que a frase está INCORRETA:

- a) Iremos à cidade.
- b) Demorou à chegar.
- c) Vou à universidade.
- d) Vou à Itália.



TIPO 2

7. De acordo com o uso da vírgula, marque a única frase INCORRETA:

- a) Alunos dos vários módulos, participarão do campeonato.
- b) Florianópolis, 17 de julho de 2018.
- c) Joana, a melhor amiga do meu filho, dançou bastante na festa.
- d) Eu estou morando no apartamento novo, mas ainda não terminei de fazer a limpeza.

8. Sobre a acentuação gráfica na nova ortografia, assinale a alternativa em que fica evidente o ERRO:

- a) Eles têm mais de 30 anos.
- b) Eles leem várias obras de Direito Penal.
- c) Eles vem ao jantar comemorativo.
- d) Eles creem na melhora do ensino jurídico.

9. Assinale a alternativa CORRETA no uso do hífen, conforme a nova ortografia:

- a) Optei por fazer o curso de pós-graduação.
- b) O remédio não tem contra-indicação.
- c) No dia-a-dia não consigo organizar minhas tarefas.
- d) Escolhi a leitura de um livro de auto-ajuda.

10. De acordo com o uso da vírgula, marque a única frase CORRETA:

- a) O professor, devolveu as provas corrigidas.
- b) O diretor, mudou o plano de viagem.
- c) Os dois, irmãos embora se dessem bem saíam sempre sozinhos.
- d) Estamos a sua espera, Carolina!

DIREITO CIVIL

11. Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juiz, que nomear o curador, fixar-lhe-á os poderes e obrigações, conforme as circunstâncias, observando, no que for aplicável, o disposto a respeito dos tutores e curadores.
- b) Também se declarará a ausência, e se nomeará curador, apenas na hipótese de o ausente deixar mandatário que não queira, ou se os seus poderes forem insuficientes.
- c) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de um ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- d) Em falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente será deferida necessariamente aos descendentes, não havendo impedimento que os iniba de exercer o cargo.

12. As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado. São pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) As fundações.
- b) As empresas individuais de responsabilidade limitada.
- c) As autarquias, inclusive as associações públicas.
- d) As organizações religiosas.

13. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. Consideram-se móveis para os efeitos legais:

**TIPO 2**

- a) O direito à sucessão aberta.
- b) As energias que tenham valor econômico.
- c) Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- d) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.

14. Sobre o regime jurídico da prescrição, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A interrupção da prescrição somente poderá ocorrer duas vezes.
- b) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.
- c) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
- d) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

15. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, publicado em 2015, provocou inúmeras alterações na legislação infraconstitucional, notadamente no Código Civil. Sobre a proteção legal conferida à pessoa com deficiência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A pessoa com deficiência em nenhuma hipótese poderá casar ou constituir união estável.
- b) A pessoa com deficiência poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo-lhe assegurados todos os recursos de tecnologia assistiva.
- c) É nulo o casamento contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- d) A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbia poderá contrair matrimônio apenas se tiver condições de expressar sua vontade diretamente ao Juiz de Paz.

16. Sobre a disciplina legal do instituto da filiação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, sempre.
- b) O filho maior pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos dois anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação.
- c) São eficazes a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento do filho.
- d) A ação de prova de filiação compete ao filho, enquanto viver, passando aos herdeiros, se ele morrer menor ou incapaz.

17. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte e pode ser revogado a qualquer tempo. Sobre a revogação do testamento é CORRETO afirmar:

- a) Se a revogação for parcial, ou se o testamento posterior não contiver cláusula revogatória expressa, o anterior subsiste em tudo que não for contrário ao posterior.
- b) A revogação do testamento pode ser unicamente total.
- c) O testamento cerrado que o testador abrir ou dilacerar, ou for aberto ou dilacerado com seu consentimento, haver-se-á como parcialmente revogado.
- d) A revogação produzirá seus efeitos, ainda quando o testamento, que a encerra, vier a caducar por exclusão, incapacidade ou renúncia do herdeiro nele nomeado; valerá ainda se o testamento revogatório for anulado por omissão ou infração de solenidades essenciais ou por vícios intrínsecos.



TIPO 2

18. O Poder Familiar é um poder-dever que deve ser exercido obrigatoriamente pelos pais sempre no melhor interesse da criança ou adolescente. Sobre o instituto e seu regramento jurídico, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O filho, não reconhecido pelo pai, fica sob poder familiar exclusivo da mãe; se a mãe não for conhecida ou capaz de exercê-lo, dar-se-á exclusivamente curador ao menor de idade.
- b) Será suspenso por ato judicial o poder familiar do pai ou da mãe que entregar de forma irregular o filho a terceiros para fins de adoção.
- c) Perderá por ato judicial o poder familiar aquele que praticar contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar homicídio, feminicídio ou lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- d) Suspende-se o exercício do poder familiar do pai ou da mãe condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a um ano de prisão.

19. A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante, e grava o prédio serviente, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O dono de uma servidão pode fazer todas as obras necessárias à sua conservação e uso, e, se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas rateadas entre os respectivos donos.
- b) As servidões prediais são divisíveis, e subsistem, no caso de divisão dos imóveis, em benefício de cada uma das porções do prédio dominante, e continuam a gravar cada uma das do prédio serviente, salvo se, por natureza, só se aplicarem a certa parte de um ou de outro.
- c) Quando a obrigação incumbir ao dono do prédio serviente, este poderá exonerar-se, abandonando, total ou parcialmente, a propriedade ao dono do dominante.
- d) A servidão pode ser removida, de um local para outro, pelo dono do prédio serviente e à sua custa, se em nada diminuir as vantagens do prédio dominante, ou pelo dono deste e à sua custa, se houver considerável incremento da utilidade e não prejudicar o prédio serviente.

20. O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis e perfaz-se com a tradição do objeto. Sobre a sua disciplina jurídica, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os tutores, curadores e em geral todos os administradores de bens alheios poderão dar em comodato os bens confiados à sua guarda.
- b) O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.
- c) Se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, ficarão solidariamente responsáveis para com o comodante.
- d) Se o comodato não tiver prazo convencional, presumir-se-lhe-á o necessário para o uso concedido; não podendo o comodante, salvo necessidade imprevista e urgente, reconhecida pelo juiz, suspender o uso e gozo da coisa emprestada, antes de findo o prazo convencional, ou o que se determine pelo uso outorgado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Fulano propõe ação de nunciação de obra nova contra Beltrano. Beltrano é o empreiteiro que, utilizando máquinas, escavou e alterou a topografia do terreno vizinho ao de Fulano, a mando do tomador do serviço, possuidor do imóvel. Como se trata de um imóvel sem certidão de matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis, a identidade do tomador do serviço é desconhecida. Em sua contestação, Beltrano alega ilegitimidade



TIPO 2

passiva, e não informa a identidade do tomador do serviço, verdadeiro legitimado.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juiz extinguirá o processo sem resolução do mérito, e condenará o autor a pagar as custas e os honorários do advogado do réu, fixados entre 10% e 20% sobre o valor da causa.
- b) O juiz extinguirá o processo sem resolução do mérito e condenará o réu a pagar as despesas processuais do autor, bem como a indenizar o autor pelo prejuízo decorrentes da falta de indicação.
- c) O juiz resolverá o mérito, pois, mesmo se tratando de hipótese de ilegitimidade passiva, é aplicável a teoria da asserção e o princípio da primazia do mérito, e condenará o autor a pagar as custas e os honorários do advogado do réu, fixados entre 10% e 20% sobre o valor da causa.
- d) O juiz extinguirá o processo sem resolução do mérito, condenará o autor a pagar as custas e os honorários do advogado do réu, fixados entre 3% e 5% sobre o valor da causa.

22. Fulano e Beltrano celebram promessa de compra e venda de imóvel, localizado no Município de Chapecó (SC). No contrato, as partes estipularam cláusula de eleição de foro, definindo como competente o foro da Comarca de Itajaí (SC), cidade onde o promitente vendedor tem seu domicílio. O promitente comprador tem seu domicílio no Município da Blumenau (SC). Após a quitação do preço por Fulano, Beltrano se recusa a celebrar a escritura pública de compra e venda do imóvel, dando causa à propositura de adjudicação compulsória em juízo. Considerando esse enunciado, assinale a alternativa CORRETA acerca da competência cível para a propositura da referida ação.

- a) Será da Comarca de Itajaí, em caráter absoluto.
- b) Será da Comarca de Blumenau, em caráter absoluto.
- c) Poderá ser na Comarca de Chapecó, Itajaí ou Blumenau, em caráter relativo.
- d) Será da Comarca de Chapecó, em caráter absoluto.

23. Se o desembargador de um tribunal estadual tiver interesse na prática de um ato que compete a outro tribunal estadual, DEVERÁ:

- a) Realizar pedido de cooperação nacional.
- b) Expedir carta precatória.
- c) Expedir carta de ordem.
- d) Expedir carta rogatória.

24. Sobre as intervenções de terceiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Serão processadas sempre na forma de incidente processual.
- b) O *amicus curiae* constitui modalidade litisconsorcial de intervenção de terceiro.
- c) A denunciação da lide é modalidade de ação, e não de incidente.
- d) A oposição é cabível quando o terceiro reclama para si o objeto do litígio.

25. Sobre a ação monitória, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O incapaz não tem legitimidade para figurar nas ações monitórias.
- b) A ação monitória somente se presta para as obrigações de pagar quantia certa.
- c) O réu será isento do pagamento de custas e honorários se cumprir o mandado monitório no prazo.
- d) Mesmo a prova documental não tendo eficácia de título executivo, para embasar uma monitória deverá trazer uma obrigação certa e líquida.

26. Assinale a alternativa que CORRESPONDE aos procedimentos especiais de jurisdição voluntária previstos no CPC.



TIPO 2

- a) Revisional de aluguel, emancipação, nunciação de obra nova.
- b) Homologação de autocomposição extrajudicial, homologação do penhor legal e homologação de desistência da pretensão.
- c) Testamento, herança jacente e inventário.
- d) Emancipação, sub-rogação e alienação de quinhão de coisa comum.

27. O magistrado de primeiro grau sentencia liminarmente a ação proposta por Fulano, julgando improcedente o seu pedido por contrariar acórdão proferido pelo STJ em sede de recurso especial repetitivo. Fulano apela, e o réu, citado, apresenta as suas contrarrazões de apelação. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Por se tratar de sentença de mérito, o magistrado estava impedido de se retratar da sentença ao receber a apelação de Fulano.
- b) O relator, no tribunal, poderá julgar liminarmente o mérito recursal, negando provimento à apelação.
- c) O magistrado errou ao proferir tal sentença, pois a citação do réu, antes de sua prolação, é imperativo legal que impede a decisão surpresa.
- d) O relator, no tribunal, fará somente o juízo de admissibilidade recursal, cabendo ao órgão colegiado, com exclusividade, o julgamento do mérito recursal.

28. Sobre o instituto do bem de família, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Em qualquer hipótese, poderá ser penhorado quando dado em garantia hipotecária.
- b) É penhorável o único imóvel residencial do devedor, quando locado a terceiros.
- c) Quando averbado junto à matrícula do imóvel nos termos do Código Civil, somente será penhorável para a execução de obrigações *propter rem*.
- d) Para ser considerado bem de família, o imóvel deverá pertencer a instituição familiar formal, com o respectivo casamento.

29. Sobre os meios processuais típicos e atípicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se o credor efetuar a averbação da penhora junto ao registro do bem penhorado, a presunção de fraude à execução em caso de venda desse bem a terceiro será de caráter absoluto, não admitindo prova em contrário.
- b) A prisão do devedor de alimentos constitui exceção ao princípio da responsabilidade patrimonial, pois trata-se de responsabilidade pessoal.
- c) A inscrição do nome do executado junto aos órgãos de proteção ao crédito constitui medida processual atípica, pois não há previsão, na lei, para a sua utilização no processo.
- d) Quando o devedor interpuser recurso não dotado de efeito suspensivo, deverá oferecer bens à penhora a fim de evitar a execução provisória pelo credor.

30. Sobre os recursos no processo civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Embargos de declaração não constitui modalidade de recurso.
- b) O agravo de instrumento é cabível para impugnar as decisões proferidas em sede de execução, exceto àquela decisão que a extingue.
- c) A análise da repercussão geral dos recursos extraordinários é feita pelo tribunal *a quo*.
- d) Se a parte não juntar o comprovante do preparo recursal juntamente com as razões, o recurso será considerado, necessariamente, deserto.

**DIREITO PENAL****31. Assinale a assertiva CORRETA sobre o crime de homicídio:**

- a) É considerado qualificado nos casos onde o sujeito mata em ato de violenta emoção, causado por injusta provocação.
- b) O delito de homicídio é crime de ação livre, pois o tipo não descreve nenhuma forma específica de atuação que deva ser observada pelo agente.
- c) Pelo perdão judicial, na hipótese de homicídio doloso, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que torne desnecessária a sanção penal.
- d) Pela majoritária jurisprudência, o homicídio qualificado-privilegiado é crime hediondo.

32. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O dolo direto acontece quando o agente realiza alguma ação com a intenção de chegar a tal resultado. É o tipo de delito que mais acontece, sendo a única forma de ocorrência de diversos crimes, como roubo e estupro.
- b) É definido como dolo eventual quando o agente, quando realiza uma conduta, prevê que tal resultado possa acontecer, mas ele acredita sinceramente na sua não-ocorrência.
- c) A principal diferença entre a culpa consciente da inconsciente é que na inconsciente, o agente prevê que o resultado danoso possa acontecer, mas ele acredita que não irá. Já na culpa consciente, o agente não prevê que tal resultado possa acontecer, apesar de ser algo previsível.
- d) No dolo direito não existe o elemento volitivo, ou seja, não há a vontade do agente de praticar o resultado danoso.

33. Em relação ao crime de lesões corporais, é INCORRETO afirmar:

- a) A distinção de tentativa de lesões corporais da contravenção penal de vias de fato (art. 21, LCP) é que nesta o agente agride sem a intenção de lesionar a vítima, enquanto que naquela, tem o dolo, a intenção de machucar, mas não consegue, por circunstâncias alheias à sua vontade.
- b) Trata-se de crime material, de dano, comissivo ou omissivo, comum, instantâneo e simples.
- c) A pluralidade de lesões no mesmo fato importa pluralidade de delitos de lesões corporais.
- d) Trata-se de crime (exclusivamente) preterdoloso, em que o agente apenas quer lesionar a vítima e acaba provocando sua morte de forma não intencional, ou seja, culposa.

34. Assinale a alternativa CORRETA sobre o crime de roubo:

- a) O roubo é caracterizado pela tomada de um bem material, sem que haja violência ou ameaça contra a vítima.
- b) O roubo é classificado como um crime comum, pois pode ser praticado por qualquer pessoa, não importando a motivação do agente.
- c) O furto se trata de um crime complexo, por ser composto por diversos atos que são considerados individualmente como crimes, como lesão corporal (caso aconteça), furto e constrangimento ilegal.
- d) No crime de roubo, a pena aumenta-se de 2/3 (dois terços), se a violência ou ameaça é exercida com emprego de qualquer arma.

35. Sobre os crimes sexuais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 16 (dezesseis) anos configura o crime de estupro de vulnerável.

**TIPO 2**

- b) A ação penal do crime de estupro e do crime de estupro de vulnerável é pública condicionada à representação.
- c) O crime de estupro é considerado hediondo apenas quando ocorre na forma consumada e não na forma tentada.
- d) Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro configura o crime de importunação sexual.

36. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I - Para cometer o crime de falsidade ideológica deve o agente, em um documento público ou particular, ocultar alguma informação que não poderia ser ocultada ou inserir alguma informação que não poderia ser inserida, com o intuito de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

II - Nos delitos de falsificação de documento (público ou particular), a própria FORMA do documento é investigada. No crime de falsidade ideológica, o problema está em seu CONTEÚDO.

III - O crime de falsificação de documento público se consuma no instante em que a falsificação ou alteração do documento público for realizada, independentemente do uso ou qualquer outra consequência posterior. Portanto o delito se caracteriza mesmo que o agente não tenha feito o uso do documento falsificado, bastando que o mesmo esteja em seu poder.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

37. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I - O crime de corrupção passiva se caracteriza por ser a exigência de vantagem ilícita formulada pelo agente público, para si ou para terceiro, direta ou indiretamente, em razão da função, ainda que fora dela ou antes de assumi-la. É o desvio da função pública para esbulhar.

II - O crime de peculato vai se caracterizar independente do agente público ter tido vantagens ou não com a sua conduta criminosa, sendo necessário apenas o desvio do bem em proveito próprio ou alheio para tal conduta ser tipificada como peculato.

III - Segundo o STJ, o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

38. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I - Para que se caracterize a excludente de ilicitude do estado de necessidade são necessários dois requisitos: existência de perigo atual e inevitável e a não provocação voluntária do perigo pelo agente.

II - A formação da legítima defesa depende de alguns requisitos objetivos. São eles: agressão injusta, atual ou iminente; direito próprio ou alheio; utilização de meios necessários com moderação. O elemento subjetivo existente na legítima defesa é a vontade de se defender ou defender direito alheio.

III - O primeiro requisito exigido para configurar a excludente de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal é a existência de um direito, podendo ser de qualquer natureza, desde que previsto no ordenamento jurídico. O segundo requisito é a regularidade da conduta,



TIPO 2

isto é, o agente deve agir nos limites que o próprio ordenamento jurídico impõe aos direitos. Do contrário haveria abuso de direito, configurando excesso doloso ou culposo.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

39. Em relação ao concurso de pessoas, o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria:

- a) Pluralista.
- b) Dualista.
- c) Mista.
- d) Monista Temperada.

40. Assinale a assertiva INCORRETA:

- a) O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.
- b) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial quando em situação de alegada autodefesa não configura crime.
- c) A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.
- d) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Acerca da Teoria das Nulidades no Direito Processual Penal, assinale a opção CORRETA:

- a) Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia.
- b) A citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação do juiz que decretou a medida constitui mera irregularidade.
- c) A nomeação de defensor dativo para apresentação de contrarrazões ao recurso interposto contra a decisão que rejeitou a denúncia supre a ausência de intimação do denunciado para tanto.
- d) A incompetência do juízo não anula os atos decisórios, devendo o processo ser remetido ao juiz competente.

42. Acerca das previsões constantes na Lei n. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, assinale a opção CORRETA, atentando-se, ainda, ao entendimento consagrado pelos Tribunais Superiores:

- a) A vítima poderá ser cientificada dos atos processuais concernentes ao agressor, tais como o ingresso e saída da prisão.
- b) A ação penal nos crimes de lesão corporal leve praticados no âmbito da violência doméstica e familiar é condicionada à representação.
- c) De acordo com a Lei, constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, dentre outras: afastamento do lar ou proibição de aproximação da vítima.



TIPO 2

d) Conforme a Lei, constitui violência psicológica a conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

43. Sobre o *habeas corpus*, previsto na Constituição da República no art. 5º, LXVIII. Sobre o tema, assinale a opção CORRETA:

- a) Embora o *habeas corpus* cuide de remédio constitucional adequado para sanar eventual coação à liberdade de locomoção, a sua concessão encontra-se adstrita ao pedido da parte, não podendo ser concedido de ofício pelo Juiz.
- b) De acordo com a Constituição da República, ao Ministério Público compete promover a ação penal pública. Diante de tal circunstância, e quando figurar como autor da ação penal, o órgão ministerial não poderá impetrar *habeas corpus* em favor do acusado.
- c) Ainda que flagrante a ilegalidade perpetrada no caso em concreto, a jurisprudência do STJ é firme em não admitir a utilização do *habeas corpus* quando substituir o recurso próprio que poderia ser interposto, o que não impede, todavia, dada a mencionada ilegalidade, a concessão, de ofício, da ordem.
- d) Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa.

44. Segundo a Lei n. 12.850/2013 – Organização Criminosa, marque a opção CORRETA:

- a) Em relação ao colaborador, o prazo para oferecimento de denúncia ou o processo poderá ser suspenso por até 12 (dozes) meses, prorrogáveis por igual período.
- b) Aplica-se a Lei aos crimes previstos em tratado ou convenção internacional quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro.
- c) O instituto da colaboração premiada não poderá ocorrer em momento posterior à sentença.
- d) O acesso, pelo delegado de Polícia e Ministério Público aos dados cadastrais do investigado depende de autorização judicial, a ser concedida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

45. No tocante ao procedimento previsto na Lei n. 9.099/95, é CORRETO afirmar:

- a) É permitida a citação por edital nos Juizados Especiais Criminais.
- b) Por ocasião da audiência prevista no artigo 81, o juiz, ao receber a denúncia, dará a palavra ao defensor para responder à acusação.
- c) A apelação será interposta no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.
- d) A intimação poderá ser feita por qualquer meio idôneo de comunicação, sem exclusão de outras formas, tais como por correspondência ou mandado.

46. Sobre a prisão preventiva, com as alterações havidas após a reforma imposta pela Lei n. 12.403/2011, é CORRETO afirmar:

- a) Deve ser vista como última alternativa, quando as medidas cautelares diversas da prisão não se mostrarem adequadas.
- b) Será admitida para garantir a execução de medidas protetivas de urgência somente quando envolver vítimas mulheres.
- c) A liberdade provisória somente pode ser concedida mediante fiança, independente da condição econômica do réu preso, a fim de garantir o ressarcimento à vítima.
- d) A liberdade provisória deve ser condicionada a alguma medida cautelar diversa da prisão.

47. É INCORRETO afirmar sobre a ação penal:

- a) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.



TIPO 2

- b) A ação penal é pública condicionada quando depende de representação da vítima ou de requisição do Ministro da Justiça.
- c) A ação penal é pública incondicionada quando depende de representação da vítima ou de requisição do Ministro da Justiça.
- d) A representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.

48. A respeito da Prova no Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pode ser determinada sua produção antecipada quando considerada urgente e o acusado foi citado por edital.
- b) Prova emprestada é aquela colhida em um processo e utilizada em outro, independente do contraditório na demanda originária.
- c) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- d) Quando o crime deixa vestígios, ou exame de corpo de delito, direto ou indireto, será dispensável, se houver a confissão do acusado.

49. Sobre o procedimento dos crimes dolosos contra a vida é CORRETO afirmar:

- a) Havendo assistente de acusação, este falará depois do Ministério Público.
- b) É permitida a utilização de argumento de autoridade por parte da defesa ou do Ministério Público, referindo-se, por exemplo, à sentença de pronúncia.
- c) Por ocasião do sorteio do Conselho de Sentença o juiz, ao retirar o nome da urna, mostra primeiro para o Ministério Público e, depois, à defesa para aceitação ou recusa, que pode ser imotivada.
- d) Os jurados podem fazer perguntas diretamente às testemunhas e ao acusado.

50. A respeito da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas), é INCORRETO afirmar:

- a) Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, constitui crime, cuja pena varia de seis meses a um ano de detenção, além de multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.
- b) O crime de associação para o tráfico, previsto no artigo 35, é caracterizado pela associação de três ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e § 1º, e 34.
- c) O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.
- d) É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Do julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade. Junto ao STF, é cabível o seguinte recurso:

- a) Embargos de Divergência.
- b) Apelação.
- c) Agravo Interno.
- d) Embargos Declaratórios.



TIPO 2

52. Em relação aos direitos fundamentais assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- c) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- d) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

53. A CF/88 permite a criação de novos Estados-Membros e Municípios. Conforme a previsão Constitucional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei.
- b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- c) Após aprovação por plebiscito e a elaboração da lei complementar de criação do Estado-Membro, não poderá o Presidente da República vetá-la.
- d) Na criação de municípios, mesmo sem aprovação por plebiscito, poderá a Assembleia Legislativa elaborar a lei de criação desta unidade federativa.

54. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente
- b) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem se licenciar dos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- c) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se candidato à reeleição.
- d) A incapacidade civil absoluta é um caso de perda dos direitos políticos.

55. Dos seguintes legitimados a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade, o que não fica vinculado ao requisito da pertinência temática é:

- a) Governador do Estado.
- b) Mesa da Assembleia Legislativa.
- c) Partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) Entidade de classe de âmbito nacional.

56. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) CPIs não podem decretar arresto ou busca e apreensão de bens, em razão da cláusula de reserva de jurisdição.
- b) As CPIs não podem decretar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.
- c) As decisões do Presidente de uma CPI são sempre vinculadas, e não discricionárias, em

**TIPO 2**

função do princípio da legalidade.

d) Para criação de uma CPI é necessário 1/3 da assinatura dos membros da casa legislativa, com aprovação da maioria absoluta do plenário da casa legislativa.

57. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.

b) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

c) O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

d) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

58. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

b) O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

c) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga.

d) A eleição do Presidente da República não importará a do vice com ele registrado.

59. Em relação ao poder judiciário, assinale a alternativa CORRETA:

a) É obrigatória a promoção do juiz que figure por cinco vezes consecutivas em lista de merecimento.

b) Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

c) O juiz titular residirá na respectiva comarca.

d) O ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

60. É legitimado a apresentação de Proposta de Emenda Constitucional e Ação Direta de Inconstitucionalidade:

a) Mesa da Câmara dos Deputados.

b) Mesa do Senado Federal.

c) Partido Político com representação no Congresso Nacional.

d) Presidente da República.



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III
Editais 026/2018
Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Tão importante quando redigir é revisar o texto. É no momento da revisão que conseguimos identificar as questões da acentuação gráfica. Sendo assim, reescreva as frases completas fazendo, caso necessário, correção de acentuação das palavras sublinhadas, em conformidade com a nova ortografia da língua portuguesa:

- a) “[...] **Idéias** são ecos, fumaça, sintomas. Se elas **tem** é porque a sua situação as exige. É necessário, então, que sua situação seja mudada, as fendas curadas, para que as ilusões desapareçam.” (Rubem Alves).
- b) “[...] Os adultos, de tanto **ve-las**, já não as **vêem** mais. As coisas – as mais maravilhosas – ficam banais.” (Rubem Alves).
- c) “[...] Para voar é preciso amar o vazio. Porque o **yoo** só acontece se houver o vazio. O vazio é o espaço da liberdade, a ausência de certezas. (Rubem Alves).
- d) “[...] O pensador e o cientista **crêem** numa ordem desconhecida. É difícil dizer qual deles sobrepuja o outro em sua devoção não racional.” (Rubem Alves).



TIPO 2

DIREITO

2. Fulano recebe um boleto bancário em sua casa, no centro de Florianópolis (SC), referente a uma compra feita pela internet no valor de R\$500,00, cujo produto já recebera e assinara o comprovante da entrega da mercadoria. O fornecedor é Jeovel Ltda., uma sociedade empresarial com sede em São Paulo (SP). Fulano não paga o boleto na data do vencimento. O que deverá fazer o fornecedor para conseguir a realizar execução direta dessa dívida? Explique todos os requisitos, pré-processuais e processuais, para que essa execução seja válida.

DIREITO

3. Uma jovem de 19 anos é abordada na rua por um indivíduo que a agarra firmemente pelo braço. Dotado de enorme força física, o homem consegue subjugar a moça e procura arrancar suas roupas, com a nítida intenção de ter (com ela) uma conjunção carnal. Contudo, um policial em serviço e armado que por ali passava escuta os gritos da vítima e consegue evitar a violência sexual, ao dar voz de prisão em flagrante para o agressor. Esse oferece propina ao policial, para evitar a prisão, a qual não é aceita. Analise a situação posta e indique o(s) tipo(s) penal(is) praticado(s), bem como informe se para o(s) tipo(s) indicado(s) é possível a concessão de fiança e liberdade provisória, bem como por qual(is) espécie(s) de ação penal os fatos expostos devem ser processados. Justifique e fundamente sua resposta, em até 10 (dez) linhas.